

II SEMINÁRIO ESTADUAL PIBID DO PARANÁ

Anais do Evento



Foz do Iguaçu | 23 e 24 | Outubro 2014

ISSN: 2316-8285

O PIBID E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA – PARANÁ

Denise Stüpp¹
Elisangela Casarotto Marques²
Helen Barbosa Nascimento³
Tatiane dos Santos de Almeida⁴

Resumo: Atualmente muito se discute sobre inclusão, que ganhou força depois da Declaração de Salamanca (1994). Temos como objetivo com este estudo compreender como os alunos com necessidades especiais são recebidos nas escolas, como pais, professores e alunos percebem a inclusão. Em uma escola de ensino fundamental, nos anos iniciais, no município de Guarapuava, foram feitas entrevistas com uma professora que atua na sala de recursos multifuncional e com a mãe de uma aluna com necessidades especiais. Uma aluna Pibidiana fez um relato de como está sendo a experiência de atuar em uma sala com um aluno incluso. Percebemos que a escola possui uma boa estrutura para receber os alunos com necessidades especiais, que os pais estão satisfeitos com a educação que seus filhos recebem e, para a aluna Pibidiana, a experiência tem sido gratificante e de grande importância para sua formação.

Palavras chave: Inclusão. Necessidades especiais. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com pesquisas de Kasper; Loch; Pereira (2008, p. 233), os números do senso mostram um aumento significativo nas matrículas de alunos com necessidades especiais em escolas de ensino regular. Em relação ao número de crianças e de adolescentes com deficiência matriculados em escolas no nível fundamental é constatado a cada ano um aumento, de acordo com os dados do INEP em 2005. Esse aumento significativo das matrículas demonstram a necessidade urgente de providências quanto á inclusão das crianças com necessidades especiais nas escolas regulares, e, principalmente, de preparar estas escolas, pedagogicamente, espacial e organizacionalmente, para inclusão real das crianças.

O objetivo deste estudo foi o de discutir o processo de inclusão de alunos com necessidades especiais em uma escola de ensino fundamental, nos anos iniciais, no município de Guarapuava – Paraná, numa perspectiva de como a escola tem recepcionado estes alunos, se possui materiais adequados, como trabalha com os mesmos, e como os pais desses alunos

1741

¹ Aluna do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. E-mail: denisestupp2013@gmail.com

² Aluna do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO. E-mail: elicasarottopedagogia@gmail.com

³ Aluna do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO. E-mail: helen.bn@hotmail.com

⁴ Aluna do segundo ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-oeste – UNICENTRO. E-mail: tatianedossantos.almeida@gmail.com

com necessidades especiais sentem/percebem que a instituição tem trabalhado com a inclusão, com a adaptação e o desenvolvimento das mesmas. O presente trabalho foi de cunho bibliográfico e com pesquisa de campo, onde foram feitas entrevistas com uma professora que trabalha na sala e recursos e com a mãe de uma aluna com necessidades especiais que frequenta a escola de ensino regular no município de Guarapuava – Paraná.

2. INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

A inclusão escolar é um tema que vem sendo muito discutido atualmente, ganhou força com a Declaração de Salamanca (1994), cujo documento constitui princípios e políticas relativos às necessidades especiais, seu principal foco sobre a inclusão escolar é que as escolas reconheçam as diferenças dos alunos proporcionando uma educação de qualidade, além de uma aprendizagem eficaz, e que promova estratégias e recursos para que isso ocorra.

No Brasil, a inclusão está amparada pela legislação que visa instruir as escolas a oferecerem o atendimento educacional que os alunos incluídos necessitem. A Lei Nº 9394/96 da LDB capítulo V, art. 59, incisos I, II, III, IV e V diz que o sistema de ensino deve assegurar aos educandos com necessidades especiais as mesmas condições de aprendizagem dos demais alunos, devendo a instituição oferecer currículos, métodos, técnicas e recursos pedagógicos adequados para atender as necessidades de alunos inclusos, com professores formados ou capacitados para atuar na integração deste alunado incluído no ensino regular e com acesso igualitário para programas sociais disponíveis.

Diante deste cenário, a Lei Nº 9394/96 da LDB art. 58 conceitua a “educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Ou seja, até mesmo o atendimento especializado deverá ser ofertado preferencialmente no ensino regular.

Deste modo, a Educação Inclusiva não pode significar a descontinuidade dos serviços da Educação Especial, pelo contrário, de certa forma, esses serviços são até ampliados na medida em que esta deixa de ser uma modalidade paralela, tornando-se um elemento integrante e integrador presente no cotidiano de todas as escolas.

Castro e Dall’Acqua (2013) em sua pesquisa verificou que as matrículas na educação especial em 2008 passaram de 691.488, 1,3% do total de matrículas da educação básica, para 820.433, 1,6% do total, em 2012. Um aumento de 128.945 matrículas, o que demonstra um acréscimo importante, porém que ainda mantém os índices em patamares inferiores a 2% do

total. Os dados apresentados indicam que as matrículas de alunos público-alvo da educação especial têm sido direcionadas, em sua maioria, para as classes comuns.

3. O PIBID E A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Sabendo que a inclusão escolar é um processo gradativo, é necessário o comprometimento da família e da comunidade em prol do desenvolvimento da aprendizagem da criança, passando assim a ser mais valorizada e gerando uma aprendizagem mais eficaz.

De acordo com a professora entrevistada da sala de recursos multifuncional, que trabalha há mais de cinco anos com alunos inclusos, a instituição no momento atende cerca de 10 alunos que possui alguma necessidade ou algum transtorno e todos esses alunos frequentam a sala multifuncional em seus contra turnos. Todos os trabalhos desenvolvidos neste ambiente têm um envolvimento familiar, coordenação pedagógica e professores.

O atendimento na sala de recursos deve ser diferenciado do trabalho realizado no ensino comum/regular, pois o objetivo desta sala é buscar diferentes maneiras que façam com que o aluno se desenvolva. A professora afirma que a escola está sendo vista como modelo para o município de Guarapuava com relação à inclusão de alunos que possuem alguma necessidade especial. Completa ainda que os demais professores estão sempre buscando melhorar o ensino, fazendo as devidas adaptações para que o aluno incluso desenvolva as mesmas atividades que os demais da turma, porém de forma adaptada.

Vale ressaltar que é de suma importância, a implantação da sala de recursos nas escolas regulares, programa este que foi instituído pelo MEC/SECADI na PORTARIA nº13 de 24 de abril e 2007, com o objetivo de apoiar as escolas inclusivas e fortalecer o processo de inclusão. Conforme descrito no parágrafo único do Art. 1º da referida portaria, a sala multifuncional “é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados, para atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.”

Em entrevista feita com uma mãe de uma aluna inclusa, a mesma relata que a escola atende suas expectativas em relação à aprendizagem de sua filha e que tem o apoio dos professores no ensino dela. Relatou que sua filha já havia frequentado outras três escolas particulares e em nenhuma a aluna havia conseguido um bom rendimento escolar, pois muitas vezes estava inserida na turma apenas para socialização, mas não era ensinada, não havia preocupação em adaptar materiais para ela acompanhar a aprendizagem da turma. Ao matriculá-la na escola municipal, a mãe percebeu o interesse da instituição e dos professores

em ajuda-la. Também relatou que sua filha já participou de um projeto da Universidade, no Laboratório de Educação Especial, que foi quando ela começou a se desenvolver, reconhecer letras, formas, cores, entretanto, na instituição em que a mesma estava inserida não era dado continuidade a esse trabalho. E quando começou a frequentar a escola municipal referida, percebeu que a instituição deu continuidade a esse trabalho, utilizando o mesmo método e materiais adaptados, o que facilitou a alfabetização da filha.

A mãe relata que sente orgulho de a filha estar nesta escola, pois depois de tanto procurar uma escola que a aceitasse e ajudasse, encontrou uma que lhe deu segurança e que, segundo ela, está preparada para a inclusão. Em todo o tempo que estão na escola não houve nenhum tipo de preconceito, tanto dos funcionários quanto dos professores e alunos. Segundo a entrevistada, a filha evoluiu muito depois que começou a estudar nesta escola, pois teve a oportunidade de aprender, de ser alfabetizada, acompanhando a turma. Através do esforço dos professores em ensiná-la e adaptar materiais foi feito um trabalho com ela sem deixá-la à margem do ensino.

De acordo com uma Pibidiana que auxilia a professora regente de uma classe da escola com um aluno incluído, o PIBID tem sido essencial para que a inclusão aconteça. A Pibidiana auxilia o aluno nas atividades do cotidiano escolar, visando o desenvolvimento do mesmo. São realizadas atividades de maneira lúdica, sempre respeitando as dificuldades especiais e educacionais do aluno incluído.

1744

4. RESULTADOS:

Foram realizadas entrevistas com a professora da sala multifuncional da escola, com uma mãe de uma aluna incluída na escola e com uma Pibidiana que convive com um aluno incluído na turma. Além disso, foram realizadas observações durante as atividades do PIBID e percebeu-se que os alunos incluídos são bem recebidos pela escola, que os profissionais da instituição se preocupam em saber qual a necessidade do aluno e qual o melhor método para ensiná-lo, tudo isso em um trabalho conjunto entre os professores e a família do aluno.

Os resultados deste estudo permitem concluir que nesta escola existe uma boa estrutura para receber os alunos com necessidades especiais, muito ainda precisa ser feito, porém as professoras, em conjunto com os pais, tem desenvolvido um grande trabalho em prol das crianças com necessidades especiais, proporcionando a elas a oportunidade de estar na escola e aprender, pois esse é o direito de toda criança, estar na escola e receber um ensino de qualidade.

Na entrevista feita com a professora da sala de recursos observou-se que ela está preparada e sempre buscando aprender novas formas de ensinar, possibilitando uma adaptação dessas crianças. Em entrevista, a mãe de uma aluna incluída relatou que a sua filha foi muito bem recebida e não sofreu preconceitos na escola, auxiliando no bom desenvolvimento na aprendizagem. Nas observações que as Pibidianas fizeram na escola foi notável que essa experiência qualifica muito a formação acadêmica, pois estar em contato com crianças com necessidades especiais e ter a oportunidade de vivenciar a inclusão na escola as preparam para enfrentar de forma consciente a futura atuação em sala de aula.

5. CONCLUSÃO:

Conclui-se que a inclusão de alunos com necessidades especiais é cada vez maior no nosso meio e, na cidade de Guarapuava, em que foi realizado o estudo, não é diferente do que é em outros lugares do Brasil, o Censo mostra isso. Tanto os professores quanto a mãe da aluna incluída relatam que, de fato, a aluna está se desenvolvendo bem e foi bem acolhida pela escola, e as observações realizadas confirmam isso.

O processo de inclusão não é um processo fácil, é complexo e exige um esforço coletivo da escola, é necessário que todos se empenhem e trabalhem em conjunto. Efetivamente percebe-se que de fato a escola precisa trabalhar em conjunto, precisa do apoio da família, de materiais adaptados, de uma estrutura. Na escola observada, a inclusão para esta aluna foi positiva, mas isso devido ao fato de ela ter uma família participativa, que se envolve com a escola e da escola tê-la acolhido bem. E também pelo fato de ser uma escola que tem sala de recursos, pois muitas escolas não possuem ou não estão em funcionamento. Tudo isso levou ao sucesso da efetiva inclusão.

1745

REFERÊNCIAS:

CASTRO, V.D.B.; DALL'ACQUA, M.J.C. **Matrículas de alunos público-alvo da educação especial: dados dos censos escolares entre 2008 e 2012**. Londrina, 2013. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT02-2013/AT02-021.pdf>>. Acesso em 26 de ago 2014.

KASPER, A. A.; LOCH, m. v. p.; PEREIRA, V. L. D. V. **Alunos com deficiência matriculados em escolas públicas de nível fundamental: algumas considerações**. Educar, Curitiba, n. 31, p. 231-243, 2008. Editora UFPR. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a14>>. Acesso em 26 de ago 2014.

LEI nº 9394/96 – **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf>. Acesso em 11 ago 2014.

PORTO, P. P. **Caracterização do atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncional:** um estudo do contexto paranaense. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestrededu/images/stories/downloads/dissertacoes/2014/2014_-_PORTO_Patricia_Padilha.pdf>. Acesso em 25 de ago 2014.